

MÍMESIS E GEOGRAFIA HUMANA NO MÉTODO DE PAUL VIDAL DE LA BLACHE

<https://doi.org/10.4215/rm2020.e19029>

Guilherme Ribeiro ^{a*}

(a) Doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro(UFRRJ), Seropédica (RJ), Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5564-8619>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/7817656334196950>.

Article history:

Received 19 September, 2020
 Accepted 25 September, 2020
 Publisher 15 December, 2020

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: BR 465, KM 47, Seropédica, Rio de Janeiro. CEP: 23890-000. Tel: (+55 21)972959674

E-mail: lapeghe@gmail.com

Resumo

o presente artigo visa a analisar a geografia humana vidaliana a partir do conceito de mimesis elaborado pelo teórico da literatura Luiz Costa Lima. Seu emprego peculiar da descrição e sua capacidade de metamorfosear elementos do meio ambiente em categorias geográficas reveladoras da identidade nacional francesa em uma escala história multissecular nos levam a concluir pela complexidade e pela importância de seu método.

Palavras-chave: Vidal de la Blache, Geografia Humana, Mimesis, Meio, Método Geográfico.

Abstract / Résumé

MÍMESIS ET GÉOGRAPHIE HUMAINE DANS LA MÉTHODE DE PAUL VIDAL DE LA BLACHE

Based on the concept of mimesis elaborated by the Brazilian literature theorist Luiz Costa Lima Brazilian scholar, this article aims to analyse the Vidalian human geography. Its particular use of description and its capacity of metamorphosing environmental elements into geographical categories able to revealing the French national identity under the long-run time show how complex and relevant its method is.

Keywords: Vidal de la Blache, Human Geography, Mimesis, Environment, Geographical Method.

MIMESIS AND HUMAN GEOGRAPHY IN PAUL VIDAL DE LA BLACHE'S METHOD

A partir do conceito de mimesis elaborado por le théorique de la littérature Luiz Costa Lima, cet article vise à analyser la géographie humaine vidalienne. Son usage particulier de la description et sa capacité de métamorphoser des éléments du milieu en catégories géographiques révélatrices de l'identité nationale française dans la longue durée soulignent l'importance et la complexité de sa démarche

Mots-clés: Vidal de la Blache, Géographie Humaine, Mimesis, Milieu, Méthode Géographique.

INTRODUÇÃO

Formada no início do século passado, parte da nossa geração inclinou-se pela história e epistemologia da geografia por motivo de afinidade temática mas, também, muito provavelmente, pela insatisfação face às interpretações hegemônicas em língua portuguesa. No final dos anos noventa e início dos anos dois mil, cada leitura de um texto assinado por Paul Vidal de la Blache, Friedrich Ratzel ou Halford John Mackinder era a confirmação de que nossa intuição estava no caminho certo: seus escritos tinham pouco ou nada que ver com o que aprendemos sob o rótulo de geografia “tradicional”. Sendo contraproducente atestar o traço pejorativo do termo (empregado amiúde em fontes as mais diversas), será, entretanto, de enorme valia continuar a recuperar e a problematizar o legado dos assim chamados clássicos da geografia, pois além da questão propriamente objetiva de fazer jus ao seu pioneirismo em várias frentes, no final das contas o exame do que tem sido produzido a respeito no Brasil nos últimos vinte anos — incluindo as traduções — nos capacitará a refletir com mais propriedade sobre o papel da história da geografia na formação dos futuros geógrafos. No ano em que cometemos essas linhas (2020), desafortunadamente o campo em tela continua a ser visto quer como mero acessório de luxo ou exótico, quer como menos relevante que a geografia urbana ou econômica, por exemplo — conforme um rápido levantamento das distribuições de bolsas pelas agências de fomento possivelmente revelaria. Várias são as consequências deste menosprezo, com destaque para a superficialidade do conhecimento ao redor da trajetória da geografia em geral e o confinamento dos clássicos a um passado cujas portas da atualidade estão recorrentemente cerradas. Tal diagnóstico possui outras faces e será tema de trabalhos posteriores. Por ora, cabe colocar em xeque algumas das lições recebidas.

Embora o presente artigo incida sobre Paul Vidal de la Blache, suas raízes inconscientes encontram-se em um outro geógrafo “clássico”. Canonizado sobretudo por suas reflexões geopolíticas, exatamente por este motivo nossa surpresa foi ainda maior ao nos depararmos com o alcance analítico e a elegância estilística do britânico Mackinder em *The teaching of geography from an imperial point of view, and the use which could and should be made of visual instruction* (1911). Mesclando aspectos objetivos e subjetivos, a educação geográfica possui nos mapas ferramenta pedagógica central no difícil processo de compreensão e de articulação dos fenômenos, algo tão necessário em se tratando de um império verdadeiramente global como o britânico. Todavia, não estamos diante de explicações técnicas e fórmulas prontas sobre legendas e coordenadas, mas de um convite à imaginação tendo como parceiras a história e a literatura para além da posição pragmática de ciências auxiliares, mas na condição de linguagens. Transcurso temporal e narrativa textual inspirariam e iluminariam o exame da forma e da visualização geográficas, da “linguagem sem palavras” representada pelos mapas.

Na sequência deste raciocínio, lê-se que:

O verdadeiro geógrafo prefere um mapa mudo. Dada a riqueza de possibilidades, ele cisma com isto por horas. Ele vê o drama do mundo tal como lê seu jornal matinal. Gesticula inconscientemente enquanto pensa. Guardados seus limites, a linguagem sem palavras tem grande valor, pois enquanto em uma conversa comum podemos fazer apenas uma declaração de cada vez, milhares delas são feitas simultaneamente em um mapa. Quando considera um fato, o geógrafo treinado admite-o em uma conjuntura de fatos análogos. Em outras palavras, ele enxerga sob a perspectiva do espaço, assim como é característico ao historiador ver cada ocorrência sob o prisma do tempo (MACKINDER 2014:145 [1911]).

Em plena Segunda Guerra Mundial, Mackinder recupera algumas dessas teses e, tendo Platão, Sócrates e Aristóteles como interlocutores, dá um passo adiante tanto ao propor ser a geografia uma filosofia da superfície terrestre graças à sua característica de apreensão ampla e articulada dos fenômenos¹ quanto ao tomá-la como um “modo visual de pensamento” [a visual way of thinking] (MACKINDER 1942: 122). Seu papel complementa o da literatura: se esta elabora seu enredo por meio das palavras, a geografia o faria notadamente através das imagens². Uma “arte autônoma de expressão” [an independent Art of Expression], portanto (idem, pp. 129 e 125).

E os exemplos poderiam ser repetir. Para mencionar en passant apenas mais um, graças às traduções de Ratzel diretamente do original alemão imantadas pela seção Nossos Clássicos da revista *Geographia* (UFF)³ temos a chance de redescobrir um intelectual dedicado a associar arte e ciência,

estética e análise, fruição e rigor. No bojo de uma tradição cuja referência maior localiza-se em Humboldt e seu aprendizado com Goethe, em *Sobre a interpretação da natureza* [Über die Naturschilderung] Ratzel não só corrobora a descrição geográfica como sofisticado ato de pintar paisagens como atesta que “A natureza, de fato, nem sempre revelou a essência de um fenômeno na superfície, mas os verdadeiros artistas a pressentiram e isso, frequentemente, muito antes dos pesquisadores e pensadores. Não foram poucos os casos em que a arte antecipou a ciência na compreensão correta de um fenômeno da natureza” (RATZEL 2010:167 [1904]). Sua conclusão incomodará os deterministas, pois para ele “A ciência não é suficiente para entender a linguagem da natureza” (idem, p.157).

Mencionamos rapidamente os nomes de Mackinder e de Ratzel, pois se o britânico recebeu apenas uma única tradução em língua portuguesa durante todo o século passado (MACKINDER 1943 [1954]) — não sendo, portanto, exagero considerá-lo ilustre desconhecido da maior parte da comunidade geográfica nacional —, o pensamento do alemão tem sido alvo de considerável distorção. Embora já antiga, infelizmente a bibliografia dedicada a rever esta situação ainda não penetrou entre nós a contento (BASSIN 1987, 1987a, 1987b; SMITH 1991; RAFFESTIN, LOPRENO & PASTEUR 1995) e mesmo artigos pioneiros redigidos em português não tiveram o impacto esperado (CARVALHO 1997, 1997a).

Da herança ibgeana aos neopositivistas até chegar aos radicais, existe material suficiente a justificar uma releitura da chamada geografia “clássica”. Se ambas as vertentes tiveram razões políticas e epistemológicas particulares para criticar com eloquência o período “clássico” — insistimos nas aspas como indicativo da precariedade de tais classificações —, no século XXI talvez seja preciso explorar novas ferramentas analíticas se quisermos reaprender autores sobre os quais rótulos como descritivismo, empirismo, possibilismo, determinismo, positivismo e objetivismo revelam, antes de qualquer coisa, a fragilidade de quem os imputou. Apenas a título de ilustração, em seu balanço ao redor da spatial science Alan Pred confessa que o envolvimento com a obra de autores como Christaller e a chance de realizar algo novo fizeram com que ele vertesse do sueco para o inglês o célebre livro de Torsten Hägerstrand *Innovation Diffusion as a Spatial Process* em 1967 mas não lesse Vidal de la Blache, por exemplo (PRED 1984). Se o incômodo diante da ausência de leitura dos clássicos não é recente (MARTIN 2005 [1972]), nos últimos anos a história da geografia vem sendo objeto de renovado interesse por parte de profissionais oriundos de diferentes lugares e tradições. Da “descanonização” à “descolonização” (KEIGHREN, ABRAHAMSSON & DELLA DORA 2012; RIBEIRO, HAESBAERT & PEREIRA 2012; MELGAÇO 2017; FERRETTI 2019; DAVIES 2019), o que os une é a consciência de extrair a pluralidade dos clássicos, de reinterpretá-los criticamente e de trazê-los para o presente — seja para esclarecer fenômenos empíricos, seja para enriquecer o repertório epistemológico —, bem como o imperativo de repensar as linhas de força da própria modernidade a partir do deslocamento da Europa como centro do mundo⁴. Em nosso caso, embora nem sempre a evidenciássemos, a filosofia decolonial exerceu influência de monta especialmente graças ao argentino Walter Dignolo e aos seus conceitos epistemologia territorial, geopolítica do conhecimento, desobediência epistêmica e tradução decolonial (MIGNOLO 2003 [2000], 2009, 2012).

Livemente inspirado pelo conceito de mimesis tal como vem sendo pensado pelo brasileiro Luiz Costa Lima — escolhê-lo significa contornar uma dose de racionalismo alcoólico o bastante para ser abandonada —, com destaque para sua recusa às definições consagradas de ficção e literatura, os efeitos do discurso ficcional perpassando diferentes períodos históricos e as complexas articulações envolvendo o papel da “realidade” na criação e na compreensão da literatura (COSTA LIMA 1997, 2000, 2006, 2018), as páginas subsequentes promovem uma releitura da geografia humana vidaliana buscando acentuar que seu método ultrapassava em muito a descrição empírica dos fenômenos visíveis na paisagem, que as relações homem-natureza apelavam para a subjetividade de elementos objetivos do solo e do meio e que a construção do nacionalismo passava essencialmente pela mobilização histórico-política do território.

Para tanto, o presente artigo foi organizado em quatro partes: a primeira delas encaminha uma grade de leitura a qual assevera a complementariedade, e não a separação, entre os modernos conceitos acadêmicos de geopolítica, geografia política e geografia, além de apontar para sua dimensão mimética; a próxima seção visa a iluminar a novidade epistemológica representada pelo surgimento da geografia humana em Ratzel e em Vidal de la Blache associada, porém, à sua constituição político-imperial; em

seguida, examinamos textos de Vidal de la Blache os quais caracterizariam um gênero de mimesis geográfica; por fim, concluímos recuperando as partes principais do dossiê e grifando o alcance do uso do conceito de mimesis na apreensão do método geográfico vidaliano.

GEOPOLÍTICA, GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOGRAFIA: CONCEITOS MIMÉTICOS

Conforme argumenta Michel Foucault, a emergência de um campo de conhecimento é mais que uma questão intelectual, mas também uma questão política (FOUCAULT 1971 [1970]). Isto é evidente, por exemplo, no caso da geopolítica, cuja palavra desnuda por si mesma suas intenções. Entretanto, se o surgimento deste conceito data do final do século dezenove europeu abrangendo conflitos e acordos entre Estados-Nação na escala mundo, não é difícil perceber uma espécie de “descompasso epistemológico” entre tal surgimento e antigas práticas de controle e organização espaciais desde o Império Romano.

Na mesma direção, e embora a expressão ainda não existisse, quantos vocábulos são tão apropriados quanto geopolítica para iluminar a Revolução Atlântica, a conquista da América e o nascimento da Modernidade? Talvez tal ausência seja uma das razões pelas quais Carl Schmitt tenha empregado o conceito grego *nomos* em sua obra-prima *O nomos da terra no direito das gentes do Jus Publicum Europaeum* (SCHMITT 2014 [1950]) visando mostrar como uma certa definição de espaço — associada diretamente à posse e à propriedade da terra — é inseparável do *modus operandi* ocidental como um todo. Consequentemente, zonas e limites, territórios e fronteiras não apenas compõem o discurso geopolítico como estão intimamente ligadas a instâncias ocidentais fundamentais como lei, soberania e Estado.

Neste contexto, a história da geopolítica pode ser vista como um dança de luz e de sombra. Considerado um de seus fundadores, em uma conjuntura de unificação do Estado Alemão o termo *Politische Geographie* foi adotado por Ratzel em seu livro homônimo no ano de 1897. Seu livro marca data por ser a primeira sistematização feita por um geógrafo acerca da dimensão política do espaço, do território, das fronteiras e do solo (RATZEL 1987 [1897]). Por ele inspirado, dois anos depois o sueco germanófilo Rudolf Kjellén cunhou de forma pioneira o nome geopolítica (Kjellén 1899 apud HOLDAR 1992). No entanto, o artigo mais famoso consagrado a este tema, *The geographical pivot of history* (1904), de Mackinder, ignorou solenemente a novidade (MACKINDER 1904). Na primeira metade do século vinte, ao ser tomada como sinônimo de nazi-fascismo a geopolítica viria a sofrer fortes ataques de intelectuais franceses e norte-americanos tais como Lucien Febvre, Albert Demangeon e Isaiah Bowman, com os dois últimos sugerindo distinguir de forma maniqueísta geografia política e geopolítica (FEBVRE 1922; DEMANGEON 1932, 1939; BOWMAN 1942). Tão equivocado quanto exitoso, tais ataques tiveram ao menos três efeitos: a “purificação” política de Vidal de la Blache, o empobrecimento do legado ratzeliano e a dissimulação do eloquente conteúdo geopolítico e imperialista presente nos escritos dos intelectuais acima mencionados. Aplicando novamente a abordagem foucaultiana a este problema, observa-se que a compreensão da ciência significa considerar uma gama de elementos os quais foram suspensos ou excluídos em um determinado período histórico e não apenas os que foram incorporados e consagrados. Assim, é mister suspeitar de todas as definições por meio das quais uma definição canônica de geopolítica têm sido estabelecida (FOUCAULT 1971 [1970]; Ó TUATHAIL 1996, 1998).

Raciocínio análogo pode ser empregado para o conceito acadêmico de geografia. Normalmente entendido como as relações homem-meio, tal caracterização omite os constituintes políticos, econômicos e ideológicos de uma ciência cuja autonomia universitária foi obtida precisamente no seio da Era dos Impérios (1875-1914) e do advento do nacionalismo (HOBBSBAWM 1987). De Augusto Comte a Max Weber, em nome de uma cortina de fumaça chamada neutralidade científica elementos como trabalho de campo, descrições paisagísticas e mapeamento regional foram naturalizados como sendo o *métier par excellence* do geógrafo — como se fosse possível separá-los de suas ambições colonialistas. Por esta razão, gostaríamos de pontuar que a despeito de suas especificidades em termos de escala e método os conceitos de geopolítica, geografia política e geografia devem ser examinados sob a ótica da complementariedade.

A serviço da formação do Estado-Nação, da concorrência capitalista e da corrida imperialista, tais

conceitos foram mobilizados como parte de uma crise espacial provocada pelos Impérios Europeus desde a Guerra Franco-Prussiana desembocando nas duas guerras mundiais (ver, mais uma vez, SCHMITT 2014 [1950]). Representando distintas faces da mesma moeda, as questões nacional e internacional fundiram-se por meio dos supracitados conceitos. Assim, a constatação de um perigo externo só pode ocorrer se um sentido prévio de pertencimento territorial já tiver sido forjado, bem como uma colônia “d’além-mar” situada a milhares de quilômetros da Europa só será apropriada como “nossa” se soldados, missionários, professores e opinião pública estiverem convencidos de que pertencem a uma “comunidade imaginada” (ANDERSON 1983). Ao mesmo tempo, uma ameaça externa atua também no sentido de mascarar contradições nacionais (COWEN & SMITH 2009).

Do ponto de vista metodológico, talvez seja possível organizar a questão da seguinte forma: geografia, geografia política e geopolítica têm performado uma espécie de “mimesis” a qual, segundo o brasileiro Luiz Costa Lima, não se reduz à noção de imitatio (ver, também, BLUMENBERG 2010 [1957]). Tomando livremente suas férteis explorações ao redor da natureza do discurso literário e de suas relações com o real e da insatisfação para com o conceito de ficção — o que não significa adesão ao desconstrucionismo de Jacques Derrida ou à virada linguística à la Hayden White e nem supervalorização do estético (vide COSTA LIMA 2010) —, indiretamente ele nos obriga a não esquecer tanto da condição das nascentes ciências humanas em meio ao “paradigma” das ciências naturais e à presença da literatura no século dezenove quanto da centralidade da linguagem e da estética na análise das paisagens formulada por Alexander von Humboldt (LEPENIES 1996 [1985]; HUMBOLDT 2010 [1827-1828]; WULF 2016 [2015]).

Nas palavras de Costa Lima:

“de modo geral podemos dizer que a mimesis supõe a correspondência entre uma cena primeira, orientadora e geral, e uma cena segunda, particularizada numa obra. Esta encontra naquela os parâmetros que possibilitam seu reconhecimento e aceitação. Mas a facilidade com que esse enunciado se formula logo se complica pelos esclarecimentos que passam a ser exigidos. Desde logo, para falarmos com Michael Taussig, seu produto é uma ‘cópia que não é uma cópia’, pois nela ‘a semelhança não é em si mesma suficiente’. Por isso, ao falarmos em ‘cena orientadora’ a diferenciamos de cena modelar. Se a mimesis supusesse uma cena modelar ou, mais simplesmente, um modelo, estaríamos admitindo que ela tem um caráter normativo. O que ao contrário é fundamental no fenômeno da mimesis é a correspondência estabelecida entre uma obra particular — a cena segunda — e parâmetros que guiam o receptor” (COSTA LIMA 2000:22).

Transportando esse raciocínio para a geografia, gostaríamos de argumentar que a mimesis geográfica tal como a interpretamos é a antítese do dicotômico modelo febvriano determinismo-possibilismo e da pueril perspectiva segundo a qual a geografia consistiria em um cenário empírico e imóvel para a ação humana (FEBVRE 1922). Bem ao contrário, ela é um intrincado desenho a partir do qual lugares e paisagens tornam-se a alma da nação, montanhas e rios representam terras sagradas desde tempos imemoriais e cidadãos têm convertido a si próprios em fronteiras territoriais. Ultrapassando o tempo dos indivíduos, a longa duração da natureza tanto reforça os laços entre as sociedades e seus respectivos ambientes quanto converte a geografia física em geografia política e geopolítica (voltaremos a este tópico mais adiante). Na falta de termo mais adequado, talvez seja possível supor que essa “hibridez” tenha obrigado geógrafos a mimetizarem a superfície terrestre não sob a ótica positivista da ciência como reflexo neutro da realidade e da descrição automática da natureza-cópia, mas metamorfoseando homens e ambientes em paisagens, regiões, territórios, lugares e nações e, paralelamente, a reorganizarem sua própria escrita. Subscreva-se, aqui, a apreciação de Costa Lima, para quem “fora da linguagem matemática — que, no entanto, não se confunde com a des-coberta do que é —, todo novo paradigma científico supõe uma participação do ficcional sem que por isso ele se torne a camada dominante” (COSTA LIMA 2018:19-20). A propósito, até onde nos foi permitido saber, um projeto ainda por fazer reside na comparação textual entre a geografia humana pós-Ratzel e a dos geógrafos a ele anteriores, pois semelhante estudo talvez fosse capaz de iluminar alguns aspectos referentes à mimesis aqui aludida.

Complementar a isto — e não por acaso abrimos esse artigo com Mackinder —, a geografia humana assentava-se também sobre a linguagem visual requerida pelos mapas, instrumentos panópticos avant la lettre cuja mistura entre arte e ciência, notável capacidade de síntese e, principalmente, de

prestidigitação contida no movimento de reunir o próximo do distante fazem das cartas um dos mais poderosos instrumentos da mimesis (ver ALPERS 1999 [1983]; COSGROVE 2003; GRATALOUP 2009; BROTON 2012). Fundindo política e epistemologia, localização e distribuição são mais que coordenadas matemáticas, mas formas de classificação de áreas e de pessoas, taxonomia espacial responsável pela hierarquização do mundo. Ao fazê-lo, mapas têm moldado uma pletora de imagens cujo efeito é o de legitimar geograficamente o imaginário político da modernidade (RIBEIRO 2015. Ver, também, MIGNOLO 2005; MEZZADRA & NEILSON 2013).

A EMERGÊNCIA EPISTEMOLÓGICA DA GEOGRAFIA HUMANA: NOTA CRÍTICA

Os vocábulos determinismo e possibilismo forjados pelo historiador francês Lucien Febvre em *La terre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire* em 1922 (FEBVRE 1922) lançaram tamanha confusão sobre o surgimento e a natureza da geografia humana que, apesar do acúmulo considerável de críticas (tardias, grife-se) provenientes de variados países e linhas de pensamento (LACOSTE 1988 [1976]; MARTINS 2001; BAKER 2006 [2003]; GÓMEZ MENDOZA 2008 [2007]; RIBEIRO 2009), seus efeitos ainda são sentidos mesmo após um século. As próximas páginas seguem caminho inverso ao dele.

A *Anthropogeographie* e, posteriormente, a *Géographie Humaine*, traziam consigo os antigos legados geográficos referentes à distribuição cartográfica e às tentativas de delimitação política do espaço. Contudo, sua grande inovação aponta para as profundas transformações causadas pelo Homem sobre a superfície terrestre. Na virada do século XIX para o século XX, o que estava em jogo era o reconhecimento de um processo histórico de longa duração em que da Expansão Marítimo-Comercial Européia à Revolução Industrial e ao Colonialismo o relevo, a vegetação, a hidrografia e as distâncias submetiam-se à ação humana em uma escala e velocidade sem precedentes alterando a percepção espaço-tempo e a totalidade da vida social. Se historicamente os elementos geográficos sempre estiveram associados às características físico-naturais, o desenvolvimento das técnicas de engenharia, da navegação a vapor, do telégrafo, dos cabos submarinos e das ferrovias não só trazia novas formas à paisagem como consagrava o Homem como diferente dos demais seres vivos. Entretanto, esse Homem não deixava de ser orgânico e, de acordo com Fernand Braudel em *As estruturas do cotidiano*, vinha travando uma batalha contra o “Antigo Regime biológico” que só terminaria no século XVIII. Antes disso, “o livro da selva [podia] ser aberto em qualquer lugar. Será sensato fechá-lo antes que alguém aí se perca. Mas que testemunho das fraquezas da ocupação humana!” (BRAUDEL 1996: 58 e 57 [1967]).

É exatamente no interior deste quadro que devemos acolher os argumentos tecidos por Ratzel e Vidal de la Blache na confecção da geografia humana, pois só assim entenderemos as razões pelas quais eles a vinculam à fitogeografia e à zoogeografia tomando o darwinismo e o neolamarckismo como fontes teóricas (RAFFESTIN, LOPRENO & PASTEUR 1995; BERDOULAY & SOUBEYRAN 1991; e, maiormente, SOUBEYRAN, 1997). Afinal, o Homem como fator geográfico também está sujeito, tal como os animais e as plantas, às intempéries inerentes à adaptação e à migração nos mais diversos ambientes. É pensando assim que sua célebre monografia sobre o espaço vital [*Lebensraum*] tem como subtítulo “um estudo biogeográfico” [*eine biogeographische studie*] (RATZEL 2019 [1901]), assim como a introdução de sua *Anthropogeographie* (cuja primeira edição data de 1882) fora nomeada *A unidade da vida e a biogeografia*. Já no primeiro parágrafo ele registra, sem sobressaltos, que “a antropogeografia não pode se considerar senão como um ramo da biogeografia e muitos conceitos biogeográficos certamente também devem encontrar aplicação no estudo da difusão do homem sobre a Terra” (RATZEL 1914:1 [1899]) para, ao término do capítulo, concluir sem titubear que “A antropogeografia só poderá ter uma sólida base científica quando tomar como pedra angular de seu fundamento a lei geral que rege a difusão de toda a vida orgânica sobre a Terra” (idem, p.8). Duas décadas depois, em artigo teórico-metodológico cuja semelhança com a *Anthropogeographie* é absolutamente proposital⁷, Vidal de la Blache enfatiza em *La géographie humaine*. *Ses rapports avec la géographie de la vie* que “As condições que presidiram a distribuição da espécie humana, a composição dos principais grupos e sua adaptação aos diferentes ambientes são análogas àquelas reveladas pela flora e pela fauna (...) Esse ramo da geografia [a humana] possui a mesma origem que as geografias botânica e zoológica. É delas que extrai sua perspectiva. O método é análogo (...)” (VIDAL DE LA BLACHE

1903: 221 e 224).

Os exemplos poderiam ser ampliados se mencionássemos, de um lado, a noção ratzeliana do Estado como organismo e, de outro, certa naturalização dos fenômenos geográficos presente tanto nos dois textos vidalianos dedicados ao conceito de *genre de vie* quanto na infortunada expressão segundo a qual a geografia seria a ciência dos lugares e não dos homens (RATZEL 1988 [1897]; VIDAL DE LA BLACHE 1911b, 1911c, 1913). Também são assaz conhecidas as leituras a atestarem Vidal de la Blache como praticante de uma Ecologia do Homem (ROBIC 2013:141 [1993]) e o status naturalista de sua geografia (RHEIN 1982:244), assim como a constatação de que a Escola Francesa de geografia utilizara uma linguagem organicista (BERDOULAY 1988:75-87) ou que, sob sua forma clássica, a geografia era uma ciência natural da sociedade (CLAVAL 2007:22). A despeito do pioneirismo e do rigor de tais estudiosos, talvez seja útil explorar a questão sob outros ângulos de análise. Embora concordemos que as visões de Ratzel e de Vidal de la Blache sobre a formação e a agência da sociedade e de seus grupos são incipientes e que a inclinação deles aos métodos das Ciências Naturais é inegável, em nosso julgamento ambos também tinham absoluta noção da inscrição social e histórica na qual viviam e dos conflitos políticos, econômicos e territoriais estruturantes da história mundial. A tardia formação do Estado alemão e o consequente atraso na empreitada colonial integram o caldo de cultura a moldar, junto a outros aspectos, a geografia ratzeliana, assim como a manutenção do Império Francês e a Guerra Franco-Prussiana compõem parte da matéria-prima da geografia vidaliana. A nosso ver, eles não são menos importantes que o darwinismo e o lamarckismo. Por que, então, valorizar elementos epistemológicos e minimizar traços histórico-culturais? Por que canonizar textos teórico-metodológicos em detrimento de escritos políticos, dicotomizando-os? A própria obra de ambos desautoriza uma interpretação focada somente nessa ou naquela característica.

Cumprir ultrapassar essas armadilhas da canonização e valorizar interpretações capazes de reposicionar a geografia “clássica” — preferimos “geografias imperiais” — como uma formulação histórico-epistemológica aos desafios da modernidade, cujo desenvolvimento deslocava a centralidade multissecular da estrutura rural para dar lugar à dinâmica urbano-industrial então em marcha. No caso de Vidal de la Blache, assim como é possível retratá-lo com tintas naturalistas podemos igualmente pintá-lo como um autor social, histórico e político. Logo, é absolutamente plausível afirmar que o referencial biogeográfico encontrado no Vidal de la Blache “canonizado” foi abalado pela urbanização, pela industrialização e pelo desenvolvimento técnico. É o que podemos inferir diante do fato de que a viagem aos Estados Unidos em 1904 mostrou-lhe a necessidade da modernização do território francês, tal como lemos em *A travers l’Amérique du Nord* (VIDAL DE LA BLACHE 1905) e *Les chemins de fer en Amérique* (VIDAL DE LA BLACHE 1912); a nova dinâmica econômica reorganizava a escala e a função de cidades e de regiões outrora mais fixas, consoante os escritos *Régions françaises* (VIDAL DE LA BLACHE 1910), *La relativité des divisions régionales* (VIDAL DE LA BLACHE 1911) e *La rénovation de la vie régionale* (VIDAL DE LA BLACHE 1917); *La France de l’Est: Alsace-Lorraine* (VIDAL DE LA BLACHE 1994 [1917]) estrutura-se não com base em regiões ou fronteiras “naturais”, mas lançando mão de argumentos sociais e políticos em prol da integridade territorial e da sobrevivência econômica do Hexágono; o Império Francês deveria estar alerta à movimentação de seus adversários no cenário geopolítico internacional se quisesse manter sua posição de segunda maior potência colonial, assim expressam *La zone frontière de l’Algérie et du Maroc, d’après de nouveaux documents* (VIDAL DE LA BLACHE 1897), *La carte internationale du monde au millionième* (VIDAL DE LA BLACHE 1910a) e *La conquête du Sahara d’après E. F. Gautier* (VIDAL DE LA BLACHE 1911a). Insistamos: por que afirmar apenas um lado da questão?*

Enfim, Ratzel e Vidal de la Blache faziam parte de uma época da consciência geográfica ocidental marcada pelo passado pré-industrial e por um contemporâneo em que local e global se confundiam aceleradamente. Logo, não falta elemento humano a essa geografia. Se as plantas e os animais, o tempo e o clima, a planície e a montanha, a proximidade com o mar e a força dos continentes eram estruturas difíceis de contornar,

as técnicas, a cultura e a política promoveram a domesticação de espécies vegetais e animais criando a agricultura; edificaram cidades e instituições como formas de convivência social; ergueram Estados Nacionais e Impérios Coloniais os quais suplantaram os limites do Mar Mediterrâneo e conquistaram todo o planeta em nome do dinheiro e do poder. Quem, em sã consciência, dirá não ser possível apreender *Politische Geographie* e *Principes de Géographie Humaine* sob esse prisma?

(RATZEL 1988 [1897]; VIDAL DE LA BLACHE 1954 [1921]).

MUITO ALÉM DA IMITATIO: O MÉTODO MIMÉTICO DA GEOGRAFIA HUMANA VIDALIANA

9

Podemos começar esse item a partir do intuito vidaliano de forjar um discurso regional unificador em que camponeses e cidadãos, províncias e departamentos, serão conclamados a participar ativamente de um conjunto amplo e heterogêneo chamado França. É o que ele retrata na aurora do século vinte em *Routes et chemins de l'ancienne France* (VIDAL DE LA BLACHE 1996-1997 [1902]. Ver, também, ROBIC 1996-97; CLAVAL 2003), ocasião em que os espaços de vivência do homem comum são resgatados sublinhando suas práticas que criavam geografias tão materiais quanto simbólicas. Por meio dos ditados, da pintura e do movimento dos peregrinos exaltava-se a face cultural-popular da nação. A mensagem nas entrelinhas era uma só: na transição para a modernidade urbana-industrial era essencial saber recolher a herança do passado, pois a França fora edificada pelos camponeses os quais, engenhosamente, souberam lidar com as condições naturais disponíveis na escala local. Atenção especial deveria ser concedida às comunidades rurais e seus respectivos pays, quer estivessem encravados nas colinas das antigas vilas medievais, nas montanhas ocupadas pelos pastores ou nos vales de água abundante. Havia uma dívida de gratidão junto aos auvernios, gascões, saboianos e tantos outros os quais, relativamente isolados em sua maior parte, mas aproximando-se aqui e ali, fizeram a grandeza da França. No entanto, havia um elemento “extra-humano” o qual deveria ser igualmente celebrado: o território e suas regiões, pontos de imanência a modelar o gênio e a identidade nacionais.

Além de revelar o apreço pelo trabalho de campo e pela apropriação das paisagens como documentos históricos, *Routes et chemins* chama atenção pela dimensão estético-linguística ao lançar mão da descrição com uma habilidade incomum¹⁰. Sua escrita é de uma beleza poética e imagética a conduzir o leitor a viajar por uma antiga França caracterizada pela variedade de lugares, paisagens, línguas e costumes em que a marca local suplantava as demais. É uma argumentação em defesa da “France profonde” — sem nenhuma conotação pejorativa, decerto, pois Vidal de la Blache não emprega o termo, servindo aqui apenas de ilustração didática —, de suas regiões repletas de história e de geografia tão enraizadas quanto singulares. Assim podemos situar também o *Tableau géographique de la France*. Seu título e sua estratégia descritiva não são acidentais: se o *Tableau* é um quadro da França, cabe, portanto, converter suas imagens em um texto paisagístico. Por esta razão o *Tableau* será celebrado como uma das principais mímesis da França. Ele a acentua naquilo que ela possui de mais precioso: sua terra, seu solo, seu povo, sua cultura. Ao lê-lo, tanto o francês do norte quanto o do sul se reconhecem e se sentem parte integrante de um todo da qual ele deve ter orgulho e responsabilidade: a pátria. No final das contas, inconscientemente, as fronteiras — no sentido do contato, do encontro, da solidariedade entre espaços, mas também da defesa — não são somente o relevo, o bosque, o rio, mas, sobremaneira, os próprios franceses. Esta é uma das formas miméticas pelas quais o homem entra em cena na geografia. Em uma geografia, inútil esclarecer, cada vez mais humana.

Ao sublinhar o indissociável vínculo que os franceses possuem com a terra, com o meio, um dos conceitos a expressar muito bem tais laços é o de pays: a gama de elementos materiais que os conforma (solo, clima, plantações, casas) acabam por perfazer uma atmosfera simbólica onde cada lugar possui um espírito que lhe é próprio. Com sua miríade de pays, a França se apresenta como um país diferente, especial, mais diverso que os demais. A riqueza do território emerge em razão dos elementos físicos e das paisagens naturais, mas, também, graças ao homem, à sua adaptação precisa segundo as benesses e as vicissitudes do milieu que o cerca. Em uma palavra, aos gêneros de vida¹¹, patrimônio e fundamento da identidade francesa. Em 1885, Vidal de la Blache critica uma geografia “sistemática” que não valoriza o conhecimento e a nomenclatura geográfica populares pois, somados à observação direta, eles são importantes para “extrair do solo o segredo de sua aparência e influência” (VIDAL DE LA BLACHE 1885: 173, grifo nosso). Tal segredo admite várias camadas: a pujante geografia física favorece a França graças à sua “harmonia geral” (VIDAL DE LA BLACHE 1904:335), impelindo também às trocas e à comunicação.

Existe no território francês uma afluência de impulsos naturais estimulando as relações entre os

homens (...) A França é um espaço cujas partes estão naturalmente em relação, cujos habitantes têm aprendido desde cedo a se frequentar e a se conhecer. E se entre eles formaram-se relações espontâneas é por que as condições geográficas têm não apenas permitido, mas, também, provocado (VIDAL DE LA BLACHE 1996-97: 3-4 e 7 [1902]).

Do ponto de vista político, o nome mais famoso da moderna geografia universitária francesa reforça a soldagem de um mito: o mito fundador da natureza (vide CHAUI 2000), mais privilegiada e diversificada do que as demais, perfazendo assim um solo e um território parcialmente acessíveis a estrangeiros de maneira a não perturbar a harmonia entre o francês e seu meio secularmente arquitetada. “Atravessando classes sociais, o pensamento alcança e descobre aquilo que é sua base, sua razão de ser: o solo francês, ele também um personagem histórico. Pela pressão exercida sobre os hábitos, pelos recursos colocados à disposição de nossos infortúnios, ele regula as oscilações de nossa história” (VIDAL DE LA BLACHE 2007:780-781 [1903]). O mito torna-se mais notório quando giramos a atenção para as ameaças contra as fronteiras francesas na Europa e nos espaços coloniais ao redor do mundo, pois nelas a harmonia cede lugar aos conflitos imperiais, à concorrência capitalista e à disputa por hegemonia. O vocabulário e o tom do texto também não se enquadram em nenhuma moldura romântica, serena, tranquila (vide, para mencionar apenas um, VIDAL DE LA BLACHE 1897a). Em síntese: o que vale para a França não necessariamente aplica-se aos outros. Logo, o exame de qualquer discurso precisa considerar tanto o lugar de origem quanto o de destino, por assim dizer (RIBEIRO 2010).

Basta um pouco de familiaridade com a história da geografia para que a interrogação a seguir faça todo sentido: haveria aqui contraste suficiente a ponto de serem incompatíveis as geografias desenvolvidas por Ratzel e Vidal, tal como Lucien Febvre e seus repetidores tentaram nos persuadir? Decerto que não. Tanto o Boden ratzeliano quanto o Sol vidaliano são os pilares de sustentação, a força motriz das virtudes de alemães e franceses nas últimas décadas do século dezanove e início do vinte. Em trecho que guarda muita semelhança com as ponderações de Ratzel, ao mencionar a França do Norte, espaço onde “o Estado francês foi formado” (VIDAL DE LA BLACHE 2007:394 [1903]), lê-se: “Tal como uma árvore em uma floresta, um Estado não se separa do meio onde vivem, ao seu lado, em contato e em concorrência, outros Estados” (idem). Não por acaso, tal força, tão plena de simbolismo, está presente com toda intensidade nas páginas do Tableau, ápice de como a França e sua identidade são tributárias de seu território (VIDAL DE LA BLACHE 2007: 535, 546-547, 780-781, 783 [1903]). De qualquer maneira, querendo demarcar que o solo é mais importante para os franceses que para alemães, ele anota:

Para os alemães, a Alemanha representa, sobretudo, uma idéia étnica. O que o francês distingue na França, tal como atestam seus arrependimentos quando dela se distancia, é a bondade do solo, o prazer de nele viver. Para o francês, o solo é o pays por excelência, quer dizer, algo de intimamente ligado ao ideal instintivo que ele possui sobre a vida (idem, p.384).

Na França, diferente do que ocorre entre celtas e anglo-saxões, eslavos e alemães, não há antagonismo entre raças (ibidem, p.386). A “existência nacional” foi preparada por uma “força benéfica, um genius loci (...) que lhe conferiu algo de são” (ibid.). Sim, na França há diversidade mas, uma vez que ela não conduziu à fragmentação, atuou como enriquecimento da pátria e de sua unidade. Além disso, o mito fundador consiste em dissolver a geografia política na geografia física, isto é, naturalizando aquilo que é humano. Trata-se de um elogio à geografia física (ibid., p.387-389) e ao seu papel na conformação do território francês. Existe “harmonia” — vocábulo repetido inúmeras vezes no Tableau e em diversos artigos — e “equilíbrio entre as partes” (ibid., p.335), quer dizer, os traços físicos reúnem e fortalecem os laços entre o povo e o território. Assim, em um único movimento, Vidal de la Blache dá um passo político e científico ao formular as noções de território nacional e geografia humana através do manejo entre homem e meio, vida cotidiana e paisagem, processo histórico e natureza. Desta feita, a geografia participa, à sua maneira, de uma espécie de mimesis. França e franceses transformam-se na e pela paisagem (no sentido amplo de integrar as demais categorias geográficas), confundem-se com ela de maneira a que ambos se tornem, no fundo, apenas e tão somente um. Esse um não é outra coisa senão a unidade nacional, parcialmente fendida após a derrota de 1871 e a Comuna de Paris.

Invertendo a lógica da canonização, gostaríamos de evidenciar que determinados textos — *Des divisions fondamentales du sol français*, *Routes et chemins de l'Ancienne France* e *Les pays de France* (VIDAL DE LA BLACHE 1888, 1996-97 [1902], 1904) — apenas em aparência estão voltados para a

relação homem-meio stricto sensu. No fundo, eles são sutis porém reveladores discursos políticos cujos conteúdos apelam para a identidade, ao pertencimento e ao enraizamento dos franceses para com seus pays e suas regiões de origem tendo como chamariz a paisagem, a terra, o meio. Igualmente, o Tableau deve ser lido também como um livro de geografia política (termo que aparece nele diversas vezes), uma vez que aborda temas como a formação política do reino da França, as fronteiras enquanto espaços de conflitos, a importância da ocupação das principais vias de acesso e o poder político disso resultante, a oposição à centralização parisiense em prol de maior autonomia regional, a identidade do povo francês...¹². Porém, para os que persistem em tomá-lo de modo convencional (cf. GUIOMAR 1997 [1986]; LÉVY 2003), talvez seja paradoxal que um livro essencialmente descritivo e com forte conteúdo de geografia física tenha sido concluído com uma discussão sobre A centralização e a vida de outrora, isto é, com um tópico indiscutivelmente político. Ora; tal conclusão tão somente corrobora o Leitmotiv de todo o livro: suas páginas precedentes não foram senão uma preparação para a defesa da unidade nacional, da pujança do solo, da diversidade regional, cultural e linguística, da solidez do território. Para ler o Tableau de maneira ampla, é mister perscrutar a conjuntura política do período, caracterizada pela elaboração de identidades nacionais assentadas sobre o território pátrio, simultaneamente uma força material e transcendental a amalgamar homens, natureza e Estado. A opção pela descrição visa delinear uma imagem da França costurada à luz de um jogo entre identidade e diversidade, vida geral e escala local. Nele, o elemento político é o próprio território, erigido como palco ativo privilegiado da nação — portanto, algo a ser preservado e defendido pelos cidadãos. Não por acaso a questão nacional é a tônica de outros dois de seus principais livros: *États et nations de l'Europe autour de la France* e *La France de l'Est: Lorraine-Alsace* (VIDAL DE LA BLACHE 1889, 1994 [1917]).

Por fim, Vidal de la Blache fundamenta seu método em uma perspectiva temporal inovadora para a época e que, logo adiante, seria retrabalhada de forma mais sistemática pelos historiadores dos Annales. Estamos nos referindo à longa duração, *démarche* que privilegiará as permanências no lugar das mudanças, as estruturas ao invés dos eventos. A nosso ver — e não se trata aqui de qualquer corporativismo que, como sempre, é infértil —, Marc Bloch, Lucien Febvre e mesmo Fernand Braudel não deram o devido crédito àquele geógrafo acerca dessa inovação metodológica (RIBEIRO 2017). Em uma passagem que parece anunciar, com toda nitidez possível, o programa de uma história de longue durée que seria consagrado pelos Annales e modificaria sem retorno a forma de escrever e praticar história:

Certo apenas é que permanece e permanecerá, sempre, algo de fixo, de permanente que, através de todas as modificações multiplicadas mais do que nunca na época atual, representa a perpetuidade e a permanência das influências do solo. Assim, a questão se coloca dessa forma: como se pode depreender o que é constante e sólido, o que permanecerá, daquilo que está condenado a desaparecer ou, pelo menos, a se transformar? Eis aí sobre o que o método geográfico pode lançar certa luz; pode esclarecer-nos acerca dessa evolução que, com tanta razão, preocupa (não sem criar, às vezes, inquietude) os espíritos profundamente ligados ao solo francês — com as idéias, as lembranças e as impressões que ele evoca (VIDAL DE LA BLACHE 1904:343)

Na sequência, praticamente como se antecipasse *ipsis litteris* as críticas que os Annales endereçariam à História Política e a seus grandes nomes, tais como reis, ministros e generais, Vidal de la Blache apontará que a principal fortuna — tanto em termos factuais quanto epistemológicos — não é outra senão o solo, a terra, o território, base comum a sustentar e prover toda a vida da França.

Esse solo, tão belo e tão variado, que foi nossa grande força no passado, é rico em ensinamentos. Nele está o princípio dessas restaurações, desses soerguimentos que, certamente, não faltaram em nossa história. Atribuímos a personagens políticos os sucessos e as recuperações por intermédio dos quais nosso país conseguiu se soerguer após derrotas e catástrofes; porém, no fundo, o que representou um trunfo no jogo praticado pelos políticos, o que fez os procedimentos dos homens de Estado se voltar em benefício do país foi a benevolência do solo (idem, p.344).

Nessa trama, a proposta vidaliana é límpida: a história do território francês foi edificada pays por pays, região por região, numa temporalidade de longa duração. Consequentemente, muito mais importante que as revoluções é o solo, berço material e simbólico da França segundo Vidal de la Blache.

Revoluções econômicas como as que se desenvolvem atualmente imprimem uma agitação extraordinária na alma humana; movimentam uma gama de desejos, de novas ambições. Em alguns, inspiram arrependimentos; em outros, fantasias. Entretanto, essa inquietação não deve nos desviar do fundamento das coisas. Quando um golpe de vento agita violentamente a superfície de uma água muito límpida, tudo oscila e se mistura; porém, em um instante, a imagem do fundo é novamente desenhada. O estudo atento do que é fixo e permanente nas condições geográficas da França deve ser ou deve tornar-se, mais do que nunca, nosso guia (VIDAL DE LA BLACHE 2007:783 [1903]).

CONCLUSÃO

Desde 1999, ano em que pequenos trechos da conclusão e da introdução do Tableau foram publicados em língua portuguesa pela revista *Geographia* (UFF) — a última tradução de Vidal de la Blache em nosso idioma fora *As características próprias da geografia na difundida coletânea Perspectivas da Geografia* ainda durante o regime militar (CHRISTOFOLETTI 1982) —, os estudos sobre o geógrafo francês vem ganhando fôlego no Brasil. Se a notável expansão dos programas de pós-graduação, a subsequente internacionalização de docentes e discentes e a progressiva digitalização de periódicos estrangeiros foram capitais em termos institucionais e de circulação do conhecimento, que nos seja permitido grifar os efeitos intelectuais provocados pelas idéias vidalianas sobre diferentes gerações. Ao dialogar com o teórico da recepção Wolfgang Iser, Costa Lima assinala que a obra de determinados romancistas admite a existência de vazios os quais servem de catalisadores para novos questionamentos, leituras e preenchimentos no transcorrer de gerações (COSTA LIMA 2010:141). Sendo assim, ao abdicar à mera cópia do factual, ao reconhecer que mesmo um mapa é uma interpretação e não reprodução (VIDAL DE LA BLACHE 1916:98) e ao desenvolver uma escrita plena de camadas intangíveis, em certa medida Vidal de la Blache suspende a vertente cartesiana-newtoniana da modernidade e projeta sua criação para além de seu tempo (1845-1918).

A opção por investigar Vidal de la Blache a partir do Brasil em português e em francês significa tanto estabelecer uma tensão com a língua e a tradição francesas quanto mobilizar-se no sentido de evitar cópias, repetições e subserviências intelectuais da periferia em relação aos centros. A distância dos arquivos, a compreensão precária de um contexto histórico-social alheio e a própria desconfiança por parte de alguns colegas estrangeiros (ainda existente, porém cada vez menor) devem servir como estímulos a mais na busca de uma interpretação “periférica” de Vidal de la Blache. Afinal, se a ciência não se processa de maneira atópica mas, pelo contrário, lugares, instituições e redes são constituintes de seus procedimentos e resultados (LATOUR (2011 [1987]) e se “objetos” vão sendo analisados sob variados ângulos segundo diferentes períodos históricos, então há abertura suficiente para que Vidal de la Blache seja antropofagicamente tragado nos Trópicos e “regurgitado” para o mundo segundo o melhor de nosso legado modernista (ver SANTORO & BUARQUE 2018).

Nessa direção, podemos concluir registrando que o conceito de mimesis reelaborado pelo teórico da literatura brasileiro Luiz Costa Lima ajudou a iluminar determinadas camadas da reflexão vidaliana — notadamente, o ato de metamorfosear o meio ambiente em categorias como paisagem, região e pays visando, de um lado, o fortalecimento do território e da identidade nacional franceses e, de outro, o estabelecimento de bases metodológicas para a nascente geografia humana. A capacidade de deslizar elementos físicos como o clima, o relevo e a vegetação tanto para o plano científico presente na inovadora *géographie humaine* quanto para a esfera político-simbólica do pertencimento ao solo pátrio, com a descrição textual visando criar quadros imagéticos de percepção: eis o que insinuamos por mimesis geográfica para além de sua categorização como imitatio. O método vidaliano opera não à moda da historiografia metódica com seus eventos e personagens grandiosos encarnados em reis, ministros, generais e documentos escritos oficiais, mas, sim, evocando um artefato sui generis: o solo. Sua abordagem, portanto, é mais fina, porém nem por isso menos eficaz. Ao descrever minuciosamente a totalidade do território francês recolhendo tanto as grandes feições físicas quanto as vinculadas às escalas locais; ao pintar um quadro que parece não querer deixar escapar nenhum detalhe porém sem cair no realismo objetivista; ao valorizar os camponeses e seus saberes geográficos; enfim, ao compor a “personalidade geográfica da França” (título da parte inicial do Tableau) interrogando-se “em que

sentido [ela] é um ser geográfico” (VIDAL DE LA BLACHE 2007: 328 [1903]), Vidal de la Blache entrega aos franceses, em uma conjuntura marcada pela “invenção das tradições” (HOBSBAWM 1997 [1983]) e pelas “comunidades imaginadas” (ANDERSON 1983), uma imagem de seu próprio país amalgamado por forças edificadas à luz de uma temporalidade multissecular. Seus compatriotas devem se vangloriar de seus feitos. O maior deles? O território francês. As regiões francesas. As fronteiras francesas. As paisagens francesas. Vidal de la Blache descreve-as como quem desbrava um mundo que precisava ser conhecido, reconhecido e divulgado (mimetizado, portanto) não somente por e para intelectuais, políticos e capitalistas, mas, também, pelos homens comuns. Dádiva da natureza, o solo francês é também obra deles, os quais foram moldando, abadias, comércios, rotas, costumes, cultivos, pays, contrées, genres de vie. Ele situa no território as raízes mais profundas de seu país e de seus compatriotas. Em um misto de materialidade e metafísica, o território representa a unidade “inabalável”, o norte que não deve jamais ser perdido de vista; o fio condutor de uma história de longa duração. “(...) sem desconhecer as inevitáveis mudanças trazidas pela marcha geral do mundo, convém apoiarmo-nos no sentimento reconfortante da potência e da virtude do solo” (VIDAL DE LA BLACHE 1904:344, grifo nosso). Ele quer passar a impressão de que na França homem e natureza vivem em profunda harmonia, uma aliança construída uma longuíssima escala de tempo.

Embora politicamente conservador, o alcance metodológico desse raciocínio insinua algo que talvez possa ser denominado de mimesis geográfica, cujo vigor em nada se engessa em interpretações dicotômicas e superficiais as quais teimam em encontram seguidores.

AGRADECIMENTOS

Esse artigo integra a pesquisa "Centro de cálculo, redes de circulação e história da geografia: o caso da Revista Brasileira de Geografia do IBGE (1939-1996)" contemplado pelo edital Faperj “Apoio a Grupos Emergentes de Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (2019)” sob nossa direção. Agradeço a leitura generosa e criteriosa dos pareceristas anônimos da Mercator e do mestre em Geografia João Alves de Souza Neto.

NOTA

1- Para o leitor brasileiro atraído pela história da geografia em termos de continuidades, não seria difícil estabelecer paralelos com a “filosofia das técnicas” desenhada por Milton Santos em seu esforço de renovação da geografia e de explicação do período histórico da globalização na virada do século XX para o século XXI (SANTOS 1996).

2- Duas décadas mais tarde, os intrincados nexos entre descrição e imagem foram problematizados com rara perspicácia pelo geógrafo histórico britânico H.C. Darby em *The problem of geographical description* (DARBY 1962).

3- Louve-se aqui o trabalho de fôlego perpetrado pelo geógrafo e tradutor Leonardo Arantes.

4- De 2000 a 2007 em sua pioneira e estimulante fase e de 2012 em diante em uma nova configuração teórica e institucional, entre nós a Rede Brasilis. Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica e seu periódico *Terra Brasilis* têm tido papel de relevo nesse processo. Disponível em <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/>

5- Sobre o papel de Bowman nas ambições imperialistas norte-americanas desde o fim da Primeira Guerra Mundial, consultar a densa e reveladora pesquisa de Neil Smith (SMITH 2004).

6- Embora ignorando o diálogo com os geógrafos — exceção feita a Humboldt, cujo alcance, porém, não se restringe aos modernos limites disciplinares —, a sedução de Costa Lima pela mimesis conduziu-o ao exame de uma obra de forte teor geográfico: *Os Sertões de Euclides da Cunha* (COSTA LIMA 1997). Se não há espaço o bastante para sintetizar a riqueza de suas análises, que nos seja permitido aludir às intersecções históricas e estilísticas entre o clássico de Cunha e o *Tableau de la Géographie de la France*, de Vidal de la Blache, publicados respectivamente em 1902 e 1903 (CUNHA 2016 [1902]; VIDAL DE LA BLACHE 2007 [1903]).

7- Ele cita os mesmos autores que o alemão, tais como Humboldt, Ritter, Wagner e o próprio

Ratzel. Em texto sugestivo, o geógrafo canadense Guy Mercier atesta que Ratzel e Vidal guardam a mesma concepção da relação homem-natureza e, conseqüentemente, acabaram por produzir concepções de Estado e de região bastante similares (MERCIER 2009 [1995]).

8- A maioria das referências a Vidal de La Blache acima listadas estão disponíveis em língua portuguesa (vide HAESBAERT, PEREIRA & RIBEIRO, 2012).

9- Remodelado à luz de um novo aporte conceitual, o item a seguir é uma versão inédita em língua portuguesa de partes de artigo publicado em francês (RIBEIRO 2014).

10- Quantas críticas a Geografia Clássica já não recebeu a respeito da descrição, incapaz de dotar de cientificidade a Geografia? Críticas equivocadas que, preferindo enfatizar um único elemento ao invés de tomar a obra como um todo, acabaram fazendo da descrição algo menor. Felizmente, Jean-Marc Besse a situa numa tradição bastante rica ligada à pintura de paisagens (BESSE 2000). Antecipando algumas das tendências assumidas anos depois pelos estudos vidalianos, em 1979 Paul Claval já ressaltava a existência de uma “ligação íntima entre a estética de Vidal e sua maneira de conceber a utilização do espaço pelos grupos” (CLAVAL 1979: X).

11- Mesmo que os dois célebres artigos sobre gêneros de vida tenham sido escritos apenas em 1911, o conceito é mencionado em 1903 no Tableau e em 1904 no Les pays de France.

12- o livro *Le Tableau de la géographie de la France dans le labyrinthe des formes*, a organizadora Marie-Claire Robic pensa que o Tableau “representa o paradigma da identidade nacional francesa, representação simbólica do território que provoca uma adesão estável e relativamente consensual” (ROBIC, 2000:8). Dentre os artigos que o compõem e tocam diretamente nos temas aqui abordados, favor consultar as referências a seguir (PETITIER 2000; OZOUF-MARIGNIER 2000; ROBIC 2000a; OZOUF-MARIGNIER & ROBIC 2000). A inspiração para reler Vidal de la Blache à luz da política origina-se, porém, em outros trabalhos (BERDOULAY 1995 [1981]; NICOLAS-OBADIA & GUANZINI 1987, NICOLAS-OBADIA 1988), sobretudo os de Mercier (MERCIER, 1995, 1998, 2001, 2009).

REFERÊNCIAS

- ALPERS, Svetlana. *A arte de descrever*. São Paulo: Edusp (1999 [1983]). 427p. Trad. Antonio de Paula Danesi.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. London: Verso (1983). 240pp.
- BAKER, Alan. *Geography and history. Bridging the divide*. Cambridge: Cambridge University Press (2006 [2003]). 279p.
- BASSIN, Marc. Friedrich Ratzel (1844-1904). *Geographers: Biobibliographical Studies*, vol. 11, pp. 123-132 (1987).
- BASSIN, Marc. Imperialism and the nation state in Friedrich Ratzel’s political geography. *Progress in human geography*, 11, pp. 473–495 (1987a).
- BASSIN, Marc. Race contra space: the conflict between german Geopolitik and National Socialism. *Political Geography Quarterly*, vol. 6, n.2, april, pp. 115-134 (1987b).
- BERDOULAY, Vincent. *Des mots et des lieux. La dynamique du discours géographique*. Paris: Éditions du CNRS (1988). 108 p.
- BERDOULAY, Vincent. *La formation de l’école française de géographie (1870-1914)*, 2e édition. Paris : Éditions du CTHS (1995 [1981]). 253 p.
- BERDOULAY, Vincent, SOUBEYRAN, Olivier. Lamarck, Darwin e Vidal: aux fondements naturalistes de la géographie humaine. *Annales de Géographie*, n.561-562, pp. 617-634 (1991).
- BESSE, Jean.-Marc. *Voir la Terre: six essais sur le paysage et la géographie*. Arles : Actes Sud/ENSP (2000). 161 p.

- BLUMENBERG, Hans. “Imitação da natureza”: contribuição à pré-história da idéia do homem criador. In: COSTA LIMA, Luiz (org.). *Mimesis e a reflexão contemporânea*. Rio de Janeiro: EDUERJ, pp.87-135 (2010 [1957]). Tradução de Luiz Costa Lima.
- BOWMAN, Isaiah. Geography vs. Geopolitics. *Geographical Review*, Vol. 32, No. 4, Oct., pp. 646-658 (1942).
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. Volume 1: *As Estruturas do Cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes (1996 [1967]). 535p. Tradução de Telma Costa.
- BROTON, Jerry. *A History of the World in Twelve Maps*. London: Allen Lane (2012). 544pp.
- CARVALHO, Marcos de. Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844 – 1904). *Biblio 3W. Revista de Geografia y Ciencias Sociales*, n. 34 (1997).
- CARVALHO, Marcos de. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? *Biblio 3W. Revista de Geografia y Ciencias Sociales*, n. 25 (1997a).
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo (2000). 103p.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.) *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel (1982). 156p.
- CLAVAL, Paul. *Géographies et géographes*. Paris: L'Harmattan (2007).
- CLAVAL, Paul. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDHAL, Zeny (orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp.147-166 (2003). Sem indicação de tradutor.
- CLAVAL, Paul. Préface. In: VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Tableau de la géographie de la France*. Paris: Taillandier, p. 1-23 (1979).
- COSGROVE, Denis. *Apollo's eye: a cartographic genealogy of the earth in the Western imagination*. Baltimore: Johns Hopkins University Press (2003). 352 p.
- COSTA LIMA, Luiz. *O insistente inacabado*. Recife: Cepe (2018). 248p.
- COSTA LIMA, Luiz. *Luiz Costa Lima: uma obra em questão*. Organização de Dau Bastos. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ (2010). 406p.
- COSTA LIMA, Luiz. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Cia. das Letras (2006). 440p.
- COSTA LIMA, Luiz. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2000). 431pp.
- COSTA LIMA, Luiz. *Terra Ignota. A construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (1997). 304p.
- COWEN, Deborah, Smith, Neil. After Geopolitics? From the Geopolitical Social to Geoeconomics. *Antipode* 40: 2–48 (2009).
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões. Campanha de Canudos*. Edição crítica e organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ubu/Edições Sesc (2016 [1902]). 700p.
- DARBY, Henri Clifford. The problem of geographical description. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 30, pp.1-14 (1962). Versão em português: O problema da descrição geográfica. *Confins* 44, pp.1-15 (2020). Tradução de Guilherme Ribeiro e João Alves de Souza Neto.
- DAVIES, Archie. *Josué de Castro's Geografia Combatente and the political ecology of hunger*. PhD in Geography at King's College London, april (2019). 306p.
- DEMANGEON, Albert. *Géographie politique, à propos de l'Allemagne*. *Annales de Géographie*, n. 272, pp.113-119 (1939).

DEMANGEON, Albert. Géographie politique. Annales de Géographie, n. 229, pp.22-31 (1932).

FEBVRE, Lucien. La Terre et l'évolution humaine. Introduction géographique à l'histoire. Paris : La Renaissance du Livre (1922). 471pp.

FERRETTI, Federico. History and philosophy of geography I: Decolonising the discipline, diversifying archives and historicising radicalism. Progress in Human Geography, vol. 44, issue 6, pp. 1161-1171 (2019).

FOUCAULT, Michel. L'ordre du discours. Paris: Gallimard (1971 [1970]). 88pp.

GÓMEZ MENDOZA, Josefina. Geografia e Historia : encuentros e desencuentros en Francia y en España a lo largo del siglo XX. Geographia (UFF), n.20, pp.7-52 (2008 [2007]).

GRATALOUP, Christian. L'invention des continents. Comment l'Europe a découpé le monde. Paris: Larousse (2009). 224 p.

GUIOMAR, Jean.-Yves. Le Tableau de la géographie de la France de Vidal de la Blache. In: NORA, Pierre. (dir.), Les Lieux de Mémoire. I. La République. La Nation. Les France, Paris, Gallimard, p. 1073-1098 (1997 [1986]).

HAESBAERT, Rogério, RIBEIRO, Guilherme, PEREIRA, Sergio (orgs.). Vidal, Vidais. Textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2012). 464p.

HOBBSAWM, Eric J. The Age of Empire, 1875–1914. London: Weidenfeld and Nicolson (1987). 404pp.

HOBBSAWM, Eric J. A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric J., RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp.9-23 (1997 [1983]). Tradução de Celina Cardim Cavalcante.

HOLDAR, Sven. The ideal state and the power of geography. The life-work of Rudolf Kjellén. Political geography, vol.11, n.3, may, pp.307-232 (1992).

HUMBOLDT, Alexander von. Considerações introdutórias sobre as diversas formas de apreciar a natureza e uma investigação científica de suas leis. Geographia (UFF), n.27, pp.129-150 (2012 [1827-1828]). Tradução de Fabrício Coelho.

KEIGHREN, Innes M., ABRAHAMSSON, Christian, DELLA DORA, Veronica. On canonical geographies. Dialogues in Human Geography, vol 2, 3, pp.296-312 (2012).

LACOSTE, Yves. A geografia — isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 3ª ed. Campinas: Papirus (1988 [1976]). 154p.

LATOUR, Bruno. Ciência em ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp (2011 [1987]). 404p. Tradução de Ivone C. Benedetti

LEPENIES, Wolf. As três culturas. São Paulo: Edusp (1996 [1985]). 392p. Tradução: Maria Clara Cescato.

LÉVY, Jacques. Vidal de la Blache, Paul. In: LEVY, Jacques, LUSSAULT, Michel (dir.). Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés. Paris: Belin, p. 984-987 (2003).

MACKINDER, Halford John. O mundo redondo e a vitória da paz. Boletim Geográfico, vol. 12, n.118, pp.80-84 (1954 [1943]). Tradução de Lidnéa Barata Bessadas.

MACKINDER, Halford John. Geography, an art and a philosophy. Geographical Association, vol. 27, n.4, December, pp.122-130 (1942).

MACKINDER, Halford John. O ensino de geografia sob a ótica imperial e os usos que podem e devem ser feitos da instrução visual. Geographia (UFF), n.31, pp.142-152 (2004 [1911]). Tradução de Guilherme Ribeiro e Leroy Honório Azevedo.

- MACKINDER, Halford John. The geographical pivot of history. *The Geographical Journal*, Vol. 23, No. 4, Apr., pp. 421-437 (1904).
- MARTIN, Geoffrey J. All possible worlds. A history of geographical ideas. Fourth Edition. New York/Oxford: Oxford University Press (2005 [1972]). 605p.
- MARTINS, Luciana. Friedrich Ratzel. *Geografia (UFF)*, n.5, pp.89-91 (2001).
- MELGAÇO, Lucas. Thinking Outside the Bubble of the Global North: Introducing Milton Santos and “The Active Role of Geography”. *Antipode*, 49 (4), pp.1-6 (2017).
- MERCIER, Guy. La géographie de Paul Vidal de la Blache face au litige guyanais : la science à l’épreuve de la justice. *Annales de Géographie*, n. 667, pp.294-317 (2009).
- MERCIER, Guy. Entre science et patrie. Lecture du régionalisme de Paul Vidal de la Blache. *Cahiers de Géographie du Québec*, vol. 45, n.126, déc., pp.389-412 (2001).
- MERCIER, Guy. Paul Vidal de la Blache ou la légitimation patriotique de la région et de la géographie. *Revue française de géoéconomie*, n. 5, printemps, pp. 137-146 (1998).
- MERCIER, Guy. A região e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de la Blache. *Geographia (UFF)*, n.22, pp.7-36 (2009 [1995]). Tradução de Guilherme Ribeiro.
- MEZZADRA, Sandro, NEILSON, Brett. *Border as method, or, the multiplication of labor*. Durhan and London: Duke University Press (2013). 358pp.
- MIGNOLO, Walter. Reflections on translation across colonial epistemic differences. Languages, media and visual imaginary. In: ITALIANO, Federico, RÖSSNER, Michael (edited by). *Translatio/n: Narration, Media and the Staging of Differences*. Bielefeld: Transcript Verlag, pp.19-34 (2012).
- MIGNOLO, Walter. Epistemic Disobedience, Independent Thought and Decolonial Freedom. *Theory, Culture & Society*, Vol. 26 (7–8): 1–23 (2009).
- MIGNOLO, Walter. *The idea of Latin America*. London: Blackwell (2005). 218pp.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, Pensamento Liminar e Saberes Subalternos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG (2003 [2000]). Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. 505p.
- NICOLAS-OBADIA, Georges. Paul Vidal de la Blache et la politique. *Bulletin de l’association géographique française*, 4, pp.333-337 (1988).
- NICOLAS-OBADIA, Georges, GUANZINI, Catherine. *Géographie et Politique: Paul Vidal de la Blache*. Série Espace, science et géographie, n.1. Lausanne: Erastosthène-Méridien (1987). 80p.
- Ó TUATHAIL, Gearóid. Thinking critically about geopolitics. In: Ó TUATHAIL, Gearóid, DALBY, Simon, ROUTLEDGE, Paul. (ed.). *The geopolitics reader*. London and New York: Routledge, pp.1-12 (1998).
- Ó TUATHAIL, Gearóid. *Critical geopolitics. The politics of writing global space*. London: Routledge (1996). 250p.
- OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic. Le Tableau et la division régionale: de la tradition à la modernité. In: ROBIC, Marie-Claire (dir.). *Le Tableau de la Géographie de la France de Paul Vidal de la Blache. Dans le labyrinthe des formes*. Paris: Éditions du CTHS, pp.153-181 (2000).
- PETITIER, Paule. D’un tableau l’autre. Le Tableau de la France de Michelet et le Tableau de la géographie de la France de Vidal de la Blache. In: ROBIC, Marie-Claire (dir.). *Le Tableau de la Géographie de la France de Paul Vidal de la Blache. Dans le labyrinthe des formes*. Paris: Éditions du CTHS, pp.128-150 (2000).
- PRED, Alan. From here and now to there and then: some notes on diffusions, defusions and disillusion. In: BILLINGE, Mark, GREGORY, Derek, MARTIN, Ron (edited by). *Recollections of a revolution*.

Geography as a spatial science. London: Macmillan, pp. 86-103 (1984).

RAFFESTIN, Claude, LOPRENO, Dario, PASTEUR, Yvan. Géopolitique et histoire. Lausanne: Payot (1995). 330p.

RATZEL, Friedrich. Sobre a interpretação da natureza. Geographia (UFF), n.23, pp.157-176 (2010 [1904]). Tradução de Marcos B. de Carvalho, a partir de esboço parcial feito por Mara Sandra Zanin. Revisão Técnica: Wolf Dietrich-Sahr.

RATZEL, Friedrich. O espaço da vida: um estudo biogeográfico. Geographia (UFF), n.45, 46 e 47, pp. 107-116, 120-130 e 115-129 (2019 [1901]). Tradução de Leonardo Arantes.

RATZEL, Friedrich. Geografia dell'uomo (Antropogeografia). Principi d'applicazione della scienza geografica alla storia. Milano: Fratelli Bocca Editori (1914 [1899]). 596p. Traduzione Ugo Cavallero.

RATZEL, Friedrich. Géographie politique. Paris: Economica (1988 [1897]). 385pp. Traduction de Pierre Rusch.

RHEIN, Catherine. La Géographie, discipline scolaire et/ou science sociale? (1860-1920). Revue française de Sociologie, XXIII, pp.223-251 (1982).

RIBEIRO, Guilherme. Fernand Braudel, geo-história e longa duração: críticas e virtudes de um projeto historiográfico. São Paulo: Annablume (2017). 211p.

RIBEIRO, Guilherme. Geografia, fronteira do mundo. Ensaio sobre política, epistemologia e história da geografia. Geographia (UFF), v. 17, p. 39-73 (2015).

RIBEIRO, Guilherme. Question régionale, identité nationale et émergence du monde urbain-industriel. La modernité dans l'œuvre de Paul Vidal de la Blache. Annales de Géographie, v. 699, p. 1215-1238 (2014).

RIBEIRO, Guilherme, HAESBAERT, Rogério, PEREIRA, Sergio Nunes. Relendo Vidal: em busca de novos enfoques. In: HAESBAERT, Rogério, PEREIRA, Sergio Nunes, RIBEIRO, Guilherme (orgs.). Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 13-19 (2012).

RIBEIRO, Guilherme. Território, império e nação: a geopolítica em Paul Vidal de la Blache. Revista da Anpege, n.6, p. 29-42 (2010).

RIBEIRO, Guilherme. Para ler Geografia ou A Geografia segundo Lucien Febvre. Terra Livre, n.32, pp.121-136 (2009).

ROBIC, Marie-Claire. Introduction. In: ROBIC, Marie-Claire (dir.). Le Tableau de la géographie de la France de Paul Vidal de la Blache. Dans le labyrinthe des formes. Paris: Éditions du CTHS, pp.7-17 (2000)

ROBIC, Marie-Claire. Territorialiser la nation. Le "Tableau" entre géographie historique, géographie politique, géographie humaine. In: ROBIC, Marie-Claire (dir.). Le Tableau de la géographie de la France de Paul Vidal de la Blache. Dans le labyrinthe des formes. Paris: Éditions du CTHS, pp.184-225 (2000a).

ROBIC, Marie-Claire. Éloge de la circulation. Strates. Crises et mutations des territoires, n. 9, pp.1-10 (1996-97).

ROBIC, Marie-Claire. A criação dos Annales de Géographie (1891). Estratégia universitária e geografia humana. Continentes. Revista de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ, n. 3, jul.-dez (2013 [1993]). Tradução de Guilherme Ribeiro e Lara D'Assunção dos Santos.

ROBIC, Marie-Claire, OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic. Un Tableau à vif... La réception du Tableau de la géographie de la France de P. Vidal de la Blache. In: ROBIC, Marie-Claire (dir.). Le Tableau de la Géographie de la France de Paul Vidal de la Blache. Dans le labyrinthe des formes. Paris: Éditions du CTHS, pp.252-270 (2000).

SANTORO, Fernando, BUARQUE Luisa Prefácio da edição brasileira. In: CASSIN, Barbara. Dicionário dos intraduzíveis: um vocabulário das filosofias. Volume Um: Línguas. Organização de Fernando Santoro e Luisa Buarque. Belo Horizonte: Autêntica, pp.5-15 (2018).

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec (1996). 245p.

SCHMITT, Carl. O nomos da Terra no direito das gentes do jus publicum europaeum. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio (2014 [1950]). 352p. Tradução: Alexandre Franco de Sá, Bernardo Ferreira, José Maria Arruda e Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco.

SMITH, Neil. American Empire. Roosevelt's geographer and the prelude to globalization. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press (2004). 557p.

SMITH, Woodruff D. Politics and the science of culture in Germany (1840-1920). New York/Oxford: Oxford University Press (1991). 298p.

SOUBEYRAN, Olivier. Imaginaire, science et discipline. Paris: L'Harmattan (1997). 482 p.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Princípios de Geografia Humana. Lisboa: Cosmos (1954 [1921]). 390p.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. La France de l'est (Lorraine-Alsace). Paris: La Découverte (1994 [1917]). 285p.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. La rénovation de la vie régionale. Foi et Vie, Les questions du temps présent, Cahier B, n.9, mai, p. 103-110 (1917).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Evolution de la population en Alsace-Lorraine et dans les départements limitrophes. Annales de Géographie, année XXV, n.134, pp. 97-115 (1916).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Des caractères distinctifs de la géographie. Annales de Géographie, année XXII, n.124, pp. 289-299 (1913).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Les chemins de fer en Amérique. France-Amérique, février, p. 69-78 (1912).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Les genres de vie dans la géographie humaine. Second article. Annales de Géographie, année XX, n° 111, pp.289-304 (1911c).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Les genres de vie dans la géographie humaine. Premier article. Annales de Géographie, année XX, n° 111, pp.193-212 (1911b).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. La conquête du Sahara d'après E. F. Gautier. Annales de Géographie, année XX, n. 109, pp.73-77 (1911a).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. La relativité des divisions régionales, Athéna, Conférence à l'École de hautes études sociales, p. 1-14 (1911).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. La carte internationale du monde au millionième. Annales de Géographie, année XIX, n. 103 (1910a).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Régions françaises. Revue de Paris, décembre, pp.821-849 (1910).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. A travers l'Amérique du Nord. Revue de Paris, avril, p. 513-532 (1905).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Les pays de France. La Réforme sociale, vol. 48, p. 333-344 (1904).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. La géographie humaine. Ses rapports avec la géographie de la vie. Revue de Synthèse Historique, 7, août-décembre, pp.219-240 (1903).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. La France. Tableau géographique. In: RIOUX, J.-P. Tableaux de la France. Michelet, Duruy, Vidal de la Blache et Bruno, Paris, Omnibus, p. 327-783 (2007 [1903]).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Routes et chemins de l'ancienne France. Strates. Crises et mutations des territoires, n. 9, pp.1-9 (1996-97 [1902]).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. L'éducation des indigènes. Revue Scientifique (Revue Rose), n. 12, tome VII, 20 mars, pp. 353-360 (1897a). Versão em português: A educação dos nativos. Terra Brasilis 11, pp.1-13 (2019). Tradução de Guilherme Ribeiro.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. La zone frontière de l'Algérie et du Maroc, d'après de nouveaux documents. Annales de Géographie, année VI, n. 28, pp. 357-363 (1897).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. États et nations de l'Europe. Autour de la France, Paris, Delagrave (1889). 567p.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Des divisions fondamentales du sol français. Bulletin littéraire, vol. 2, n. 1, p. 1-7 (1888).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. De quelques réformes dans la terminologie géographique de la France. Revue de géographie, 2, p. 169-173 (1885).

WULF, Andrea. A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. São Paulo: Planeta (2016 [2015]). 587p. Tradução: Renato Marques.